

**A PROPÓSITO DAS TESES SOBRE A CIDADE E AS SERRAS :  
SERÁ ESTA OBRA DE EÇA UM «ROMANCE DE TESE»?**

**FERNANDO ALEXANDRE DE MATOS PEREIRA LOPES\***

\* Professor-Adjunto da Área Científica de Português

Na "memória" de Vergílio Ferreira

Quando, no dealbar da minha adolescência, o interesse pela leitura de obras literárias ia nascendo naturalmente com um espaço de sedução, eu sentia que era um imperativo vocacional dever conhecer, de forma crescente, o imaginário que os autores, naquela altura indicados como modelos canónicos, tinham criado para meu conhecimento e fruição artística.

Efectivamente, o meu entusiasmo juvenil pela literatura, de forma alguma, me poderia conferir o estatuto de leitor crítico, até porque quaisquer que fossem as minhas convicções de uma hermenêutica consistente, face a um Eça, a um Camilo, a um Júlio Dinis ou a um Torga, não poderiam passar, obviamente, de fantasistas aventuras icáricas.

De qualquer forma, os elementares conhecimentos que possuía do código linguístico do Português, associados a um inócuo reconhecimento dos códigos retóricos, estilísticos, temáticos e ideológicos, que estruturam a obra literária, não impediram que fosse naquele estádio verdoengo que tivesse nascido o meu fascínio por uma obra que hoje constitui para mim um relicário da Literatura Portuguesa - A Cidade e as Serras de Eça de Queirós.

Se é verdade que a leitura do último romance de Eça, que infelizmente o autor não viu publicado em vida, facilmente cria no leitor uma imediata adesão estética, tal é a sua força de empatia, também é certo que a linearidade da sua trama romanescas não passa de uma aparência. É por isso que um leitor d'A Cidade e as Serras, só após várias abordagens críticas à obra (e entendam-se agora abordagens

críticas no sentido pleno do termo, como leitura(s) instrumentada(s)), poderá estar em condições de lhe atribuir um sentido.

O título que demos a este artigo aponta precisamente para a análise das várias opiniões que os críticos têm manifestado relativamente ao romance A Cidade e as Serras. A essas opiniões, chamamos propositadamente "teses", para que, assim, com mais sugestibilidade, possamos aquilatar se, no que concerne a uma classificação tipológica, estaremos ou não em presença de um «romance de tese».

Como intróito a esta problemática, começamos por transcrever uma reflexão de Vergílio Ferreira - motivo primeiro da capa da nossa revista; para nós o maior arauto da contemporaneidade e um dos melhores leitores de Eça de Queirós:

«Que fazer? Que ler? Que pensar? Tomo A Cidade e as Serras, releio pela centésima vez algumas páginas da segunda parte. E um prazer infinito inunda-me na alegria da serra, no prazer sensório da realidade inventada pela magia da palavra do maior artista dela na nossa literatura. E a cada passo estremeço de uma delícia indizível na «água nevada e luzidia» da fonte, no grande salão em que o ar circulava «como num eirado», no vinho «seivoso», no grande salão vazio «como uma sonoridade capitular». Todo o «estilo» de Eça se nos dirige aos sentidos que vibram não com a realidade conhecida mas com o prazer que está lá e só na memória se conhece ou na translação dessa realidade que nela vibra e só num sobressalto se conhece como presença oblíqua e incerta. Assim o vinho e a água e tudo o mais é na escrita de Eça que nos sabem maravilhosamente - não no vinho e água que bebemos. Assim o real é insípido e inexpressivo sem o calor e a expressão que o artista lhe inventa e nos ficam submersos na memória e aí procuramos indistintamente para haver sabor e o mais quando em presença desse real».1

Estas palavras que o autor de Aparição escreveu em 15 de Agosto de 1975 no seu diário (Conta-Corrente 1) constituem, sem dúvida, pela sua requintada sensibilidade e pelo seu teor de magnificência descritiva, uma espécie de viático que possibilita uma revisitação cada vez mais apurada às pepitas queirosianas, muitas vezes invisíveis por um trilhar fácil da palavra e das situações criadas.

Como estamos a escrever sob a esteira de Vergílio Ferreira, pensamos não ser abusivo (sobretudo pela dimensão dialógica que é concitada) reiterar como à escrita de Eça de Queirós o autor de Na Tua Face sempre atribuiu uma dimensão olímpicamente arquetípica<sup>2</sup>, bem comprovada pelas suas próprias palavras: «Eça foi quase a minha juventude», 1969 (Conta-Corrente 1, p. 162); «Eça me revelou a

literatura e me levou a amar a "palavra" com que se realiza», 1969 (ibidem, p. 379); «Só... quando li o Eça, é que admiti que também queria escrever», 1984 (Conta-Corrente 5, p. 167); «Decerto um Eça marcou-me até à inconsciência disso», 1976 (Espaço do Invisível II, p. 12); «Dos escritores portugueses o que mais me influenciou, pelo menos no início da minha carreira, foi Eça de Queirós. Eu costumo mesmo recomendar a leitura de Eça de Queirós a todo aquele jovem que se inicia nas letras, como disciplina de escrita, na aprendizagem do valor das palavras, genericamente o «estilo». Não para seguir Eça de Queirós, evidentemente, mas como treino, método, disciplina, em suma», 1981 (Um Escritor Apresenta-se, p. 167).<sup>3</sup>

Todas estas citações que fizemos do autor de Para Sempre, relativamente a Eça de Queirós, de forma alguma têm como fito uma qualquer comparação entre os dois escritores, atendendo a que essa tarefa dificilmente se revelaria averiguada num trabalho que não passasse por um longo correr de tinta e que não fosse materializado em largos e profícuos volumes. Assim, pretendemos apenas, e como homenagem a Vergílio Ferreira mostrar, muito sumariamente, como o escritor, ensaísta, professor e pensador contemporâneo, mais do que um fiel sequaz da problemática queirosiana, foi um dos raros e assíduos leitores críticos da obra de Eça, cujos resultados nos foram comunicados não só em ensaios que escreveu já no Outono da sua vida, mas logo nas suas primeiras aventuras de crítica literária de que Sobre o Humorismo de Eça de Queirós (Coimbra, Biblos, 1943) é um exemplo paradigmático.

Um dos motivos que nos levou a escrever sobre A Cidade e as Serras prende-se com a visita honrosa da Senhora Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Lúcia Lepecki, no passado dia 21 de Março, à nossa Escola Superior de Educação de Viseu, por altura das Comemorações do 14.º aniversário desta instituição. Nessa altura, foi-nos lançado o repto de escrever umas breves linhas, à maneira de uma recensão crítica, sobre uma das obras da autoria da ilustre conferencista convidada. Dentre as várias possibilidades, optámos por um ensaio, ainda hoje não muito conhecido, se bem que datado de 1974, cujo título é Eça na Ambiguidade, publicado pelo Jornal do Fundão Editora. A nossa escolha recaiu sobre essa obra, porque achamos que se trata de um trabalho extremamente inteligente e inovador, com um estudo sobre «O sentido de A Cidade e as Serras», onde a autora põe em questão interpretações que críticos literários de reconhecidíssimo renome, como Jacinto do Prado Coelho, António José Saraiva e Óscar Lopes, Ernesto Guerra da Cal, etc., fizeram sobre aquele romance.

Nesta perspectiva, e atendendo a que ulteriormente já essa postura crítica de Maria Lúcia Lepecki provocou reacções diversas sobre a problemática em causa, achámos por bem apresentar, agora neste

artigo, uma síntese das opiniões da Professora Maria Lúcia - só no que se refere a «O sentido de A Cidade e as Serras» e não à obra Eça na Ambiguidade na sua totalidade - dentro dum quadro mais abrangente, que compreende alguns dos principais estudos que sobre o último romance de Eça de Queirós se fizeram, os quais, como é óbvio, melhor alicerçaram a nossa visão pessoal do problema.

Não pretendendo entrar em grandes pormenores relativamente à evolução literária de Eça de Queirós, que neste pequeno estudo não fariam sentido, entendemos, contudo, ser pertinente aludir ao facto de A Cidade e as Serras se inscrever numa fase literária do escritor bastante diversa daquela que encontramos em obras como O Crime do Padre Amaro, O Primo Basílio, A Capital, O Conde d'Abranhos, Os Maias, onde há nitidamente a preocupação de fazer um inquérito à vida portuguesa sua contemporânea, segundo um realismo positivista, para o qual terão contribuído, entre muitas outras, as leituras de Comte, Proudhon, Stuart Mill, Darwin, Lamarck, Claude Bernard, Littré, Renan. Assim, é lícito afirmar que no tempo da escrita de A Cidade e as Serras já o escritor de Póvoa de Varzim se tinha distanciado do espírito realista (distanciamento já anunciado uns anos antes na carta-prefácio de O Mandarim, datada de 2 de Agosto de 1884 4) e entrado, portanto, naquela que vulgarmente se designa como a terceira fase de Eça, em que também se incluem A Correspondência de Fradique Mendes, A Ilustre Casa de Ramires, as vidas de santos contidas nas Últimas Páginas, entre outros escritos menores.

Não é por acaso que no universo ficcional de A Cidade e as Serras assistimos a uma deliciosa paródia em relação ao romance A Couraça, da autoria de um psicólogo feminista, onde se põem a ridículo os exageros caricaturais provocados pela afincada defesa dos princípios «científicos» a que a obra de arte literária devia obedecer<sup>5</sup>. Deste modo, e com a salvaguarda de que só se devem estabelecer conexões entre o discurso literário e o discurso referencial se atendermos a um complexo mecanismo de homologia e transformação, podemos afirmar que aquele episódio teve como inerente à sua construção uma crítica diáfana, da parte de Eça de Queirós, ao movimento literário oitocentista, a que ele mesmo se aliou durante duas décadas.

António José Saraiva e Óscar Lopes (História da Literatura Portuguesa, p. 934), depois de referirem que A Cidade e as Serras está, toda ela, empenhada em «ridicularizar o progresso técnico, embora o seu alcance efectivo diga antes respeito à ociosidade endinheirada e ao conceito de civilização como «armazenamento» de comodidades», afirmam que «na sua última fase, Eça de Queirós isola as personagens do contexto social-económico a que na vida real pertencem...»; por isso, porque «todos os problemas são simplificados pela excelente situação monetária do protagonista, que lhe permite

usufruir as vantagens da vida rural sem a contrapartida do trabalho e das privações do trabalho agrícola.», concluem que a obra apresenta uma «moralidade demasiado simples».

Esta opinião de António José Saraiva e de Óscar Lopes parece-nos não se afastar, na dimensão perlocutiva que encerra, da «tese» (é mesmo assim que o crítico lhe chama) de Jacinto do Prado Coelho, para quem A Cidade e as Serras não passa de uma obra reaccionária, que nem sequer merece, segundo o autor de A Letra e o Leitor, a designação de romance, mas sim dum conto desenvolvido e alongado.<sup>6</sup>

Efectivamente, Jacinto do Prado Coelho toma como ensejo para a sua abordagem crítica de A Cidade e as Serras duas observações de João Gaspar Simões, as quais, na realidade, partilham de uma orientação tão vincadamente biografista (muito à maneira daquele vulto do Romantismo francês, com quem esta orientação de análise teve a sua paternidade-Sainte-Beuve), que parecem malograr os limites e as funções da literatura.

João Gaspar Simões, na sua obra, apesar de tudo valiosa, Vida e Obra de Eça de Queirós, entende que em A Cidade e as Serras está patenteada uma insinceridade, porque «Eça de Queirós nunca teria trocado Paris por Tormes»<sup>7</sup>. Por outro lado (e como cita Prado Coelho), Gaspar Simões adianta, na mesma obra, que «O sentimento de paz e edénica felicidade que Tormes derrama na alma de Jacinto é verdadeiro e sincero. Só não é verdadeiro nem sincero o estilo de ficção que Eça utiliza para tornar flagrante o contraste entre o tédio da civilização e os encantos da serra».

Abjurando esta última asserção, Prado Coelho acaba por avocar aquela que entende ser a verdadeira realidade das coisas -: «Eu diria que a insinceridade da obra consiste em ser infiel (pelo menos em parte) ao melhor da personalidade literária de Eça: o que podia ser uma obra profundamente irónica redundou num jogo de espírito superficial, na demonstração, diletante e mal estabelecida, duma tese reaccionária, não obstante a existência de algumas páginas vagamente polvilhadas duns restos de idealismo social - esse idealismo social que Jacinto, restituído às alegrias da acção, põe em prática fazendo uma bonita «revolução» em Tormes».<sup>8</sup>

O autor de A Letra e o Leitor também não descuro, no seu juízo crítico (consentâneo também neste ponto com o de António José Saraiva e de Óscar Lopes) de referir que a solução de equilíbrio encontrada - "entrebriar Tormes à Civilização" - só poderia servir para ricos enfatiados, com uma abundância económica que lhes possibilitasse esse ideal epicurista do gozo da vida do campo. Aliás, não é por acaso que, logo no incipit do romance, se diz que Jacinto «tinha cento e nove contos de renda em terras de

semeadura, de vinhedo, de cortiça e de olival». Por isso, Jacinto do Prado Coelho, ao admitir que a atitude que ditou A Cidade e as Serras seria aquela que o escritor propugnava na sua última fase, e que ela corresponderia, de facto, ao que Eça escrevera na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1895 («Enganados pela ciência, embrulhados nas subtilezas balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica, durante setenta anos construimos freneticamente vapores, caminhos de ferro, máquinas, fábricas, telégrafos, uma imensa ferramentagem, imaginando que por ela realizaríamos a felicidade definitiva dos homens e mal antevendo que aos nossos pés e por motivo mesmo dessa nova civilização utilitária se estava criando uma massa imensa de miséria humana, e que, com cada pedaço de ferro que fundíamos e capitalizávamos, íamos criar mais um pobre!»), aduz uma conclusão muito pertinente: A Cidade e as Serras, para fazer efectivamente uma apologia a um ideal de justiça, não se deveria transformar num libelo contra a Máquina, porque o mal não estariam nas máquinas, mas sim na mentalidade e na organização social<sup>9</sup>. Assim, «a tese que dá a primazia ao campo surge, embora imperfeitamente, matizada, e até com alguns laivos de ironia»<sup>10</sup>. Porém, tendo em conta que «infelizmente, esta ironia logo se apaga [e] morre ao serviço da tese», A Cidade e as Serras deve ser considerado como «um livro «datado», inactual, divertimento dum homem desiludido num cansado fim-de-século...»<sup>11</sup>.

Maria Lúcia Lepecki, no seu já anunciado estudo sobre «O sentido de A Cidade e as Serras», toma uma posição crítica muito pessoal sobre esta obra de Eça, opinando que não se trata nem de um «romance reaccionário», como o entendeu Prado Coelho<sup>12</sup>, nem da «moralidade demasiado simples», proposta por António José Saraiva e Óscar Lopes, nem ainda como a revelação de tendências antitéticas do próprio Eça, como o pensou Ernesto Guerra da Cal.

No que concerne à posição de Ernesto Guerra da Cal, a autora rebate-a, de forma isolada, logo no início do seu estudo, ao afirmar que A Cidade e as Serras constitui um caso muito à parte dentro da narrativa de Eça, devido sobretudo à grande ambiguidade plasmada no romance. Por isso, o cotejo cidade/campo, que a obra parece estabelecer de forma simples e clara, não vai consignificar que a sua mensagem seja uma simples exaltação dos valores tradicionais portugueses. Segundo a autora, se não é esta a mensagem que o romance deixa patenteada de forma unilateral, como um fio de pensamento harmónico, muito menos o será, até pelo seu pendor limitativo, a opinião de Guerra da Cal, para quem a obra apresentava a «ironização amorosa dos dois pendores contraditórios da alma do escritor. Um centrífugo, cosmopolita (Fradique), outro centrípeto, ruralista («pobre homem da Póvoa de Varzim») - símbolos de duas facetas fundamentais do espírito lusitano: bucolismo e exotismo»<sup>13</sup>.

Comparando as três posições ou juízos críticos sobre A Cidade e as Serras, Maria Lúcia Lepecki afirma que aquela que mais se aproxima de uma verdade textual é a de Jacinto do Prado Coelho, não obstante não se revelar totalmente satisfatória, por não ter tido em linha de conta a ambiguidade da narrativa<sup>14</sup>.

A Professora Maria Lúcia Lepecki precisa melhor esta asserção, ao afirmar que, efectivamente, existem numerosos elementos reaccionários na última obra de Eça, bem atestados nos diálogos e nas descrições do estado de espírito do protagonista e do narrador. Porém, esse reaccionarismo seria uma parte e não o significado global do romance. É que, para a determinação da tese desta obra, é preciso atender a dois níveis de significação: um que compreende o «texto em devir», ou seja, o texto como processo, como fluir temporal; outro que será constituído pelo «texto em ser». Ora, é precisamente este segundo texto que suscita no leitor a necessidade de deslindar os significados mais recônditos, na maior parte das vezes só sugeridos e implícitos e, por isso, ambíguos.

Partindo para aspectos mais concretos da obra, a autora de Eça na Ambiguidade comenta: «Se José Fernandes não nos inibe de desconfiarmos da «conversão» de Jacinto, se o próprio narrador não é alheio a tal desconfiança, é porque faz, simultaneamente, duas leituras da sua personagem. Uma delas mostra, em quantidade textual maior, a correspondência regresso físico ao campo - conversão e revisão parcial de valores pessoais e de formas de estar no mundo. A outra leitura, que o narrador escreve por indícios, sugestões, por rápidos comentários irónicos cria correspondência diversa: regresso ao campo - não modificação do protagonista».15

Apesar deste pequeno excerto, que transcrevemos do seu estudo, nos poder encaminhar para uma vacilação interpretativa da autora em relação ao protagonista de A Cidade e as Serras, a leitura integral do mesmo esclarece-nos, de forma clara - e no nosso entender aqui reside uma das grandes novidades do seu estudo crítico -, que, para Maria Lúcia Lepecki, Jacinto, quanto à sua concepção, é uma personagem plana, destituída de qualquer densidade psicológica. Ou seja, «o senhor de Tormes obedece ao determinismo circunstancial, sem reacções», porque são a sua «incapacidade de participação, [o seu] adormecimento da inteligência criadora e da vontade... os traços que definem Jacinto de Tormes na juventude e na maturidade».16

Uma posição como esta, que coloca o protagonista de A Cidade e as Serras como um ser abúlico, acrítico e «modelado», ou, como refere Maria Lúcia, «um recipiente, onde cabem, com facilidade, todos os conhecimentos» e onde há uma «aceitação passiva de modelos culturais que se tornam norma única de vida»<sup>17</sup>, acaba por constituir, no nosso entender, a formulação de uma tese para o romance de Eça,

muito diversa, como é evidente, da que escreveu Jacinto do Prado Coelho. E para melhor aquilatarmos dessa diversidade, bastará acrescentar que para o autor de *Ao Contrário de Penélope* - onde as opiniões de Maria Lúcia Lepecki são rebatidas, no artigo «Eça, escritor ambíguo?» - «o que determina A Cidade e as Serras é o sentido exemplar da trajectória percorrida por Jacinto, do imenso tédio de Paris à beatitude da vida simples, patriarcal, na aldeia (aliás, almofadada por algum conforto de civilizado). Se fizermos nossa a óptica do autor, é isto o que há de relevante na história».18

Em contrapartida, Maria Lúcia, com uma visão totalmente original do problema, entende que entre o narrador José Fernandes (que é o sujeito de enunciação e de narração, bem como a única personagem que, como antagonista, contracena com o Senhor de Tormes) e Jacinto (sujeito do enunciado e do narrado) se forma aquilo que a autora define por «díptico masculino», entendendo assim que as duas personagens se complementam e «formam, na realidade, uma única pessoa no que se refere à sua significação».19

O uso terminológico de «díptico masculino» poder-nos-ia conduzir, *stricto sensu*, à ideia de que a especialista conferiu à relação entre José Fernandes e Jacinto uma unidade, de tal forma inextricável, que nenhuma dissemelhanças seriam possíveis de verificar entre as duas personagens, não tendo, por isso, cada uma delas uma função específica no seio da narrativa.

Não é esta, de forma alguma, a conclusão a que se pode chegar, após uma leitura integral do ensaio, insito em Eça na Ambiguidade. Aliás, essa conclusão seria incongruente em relação a outras asserções da autora a que atrás já nos referimos. Pelo contrário, Maria Lúcia Lepecki, a par das semelhanças que encontra entre o narrador e o protagonista (no nosso entender um pouco exageradas, como iremos frisar), conclui, no momento em que se refere à movimentação espacial das duas personagens, que «A quase exagerada movimentação do sujeito da narração, opondo-se à imobilidade do sujeito do narrado, evidencia dissemelhança entre um e outro. Se se tiver em linha de conta que as similitudes também existem, é forçoso constatar a presença de uma dialéctica semelhança/dissemelhança a que corresponderá o movimento alternativo ternura/ironia. Ternas são as relações de José Fernandes com Jacinto. A ironia será a tónica da relação entre o narrador e o leitor» (Op. cit., pp. 132-133).

Nesta perspectiva, é preciso entender a designação «díptico masculino», de Maria Lúcia, como equivalente a «visão em masculino», isto é, são apenas as personagens José Fernandes e Jacinto as que assumem um papel verdadeiramente efectivo no romance; todas as outras personagens, quer em Paris, quer nas Serras, não passam, segundo a autora, de figurantes, cuja função é criar ambiente.

Esta opinião acarreta outras implicações ainda mais complexas, na medida em que a autora, como fundamentação do seu ponto de vista, estabelece quase que uma dicotomia entre a mundividência da narrativa romântica típica (v.g. em Camilo, em que existe uma perfeita dialéctica masculino/feminino) e a narrativa realista-naturalista (onde o amor se torna pretexto de análise social, sendo então o mundo sintético masculino-feminino substituído pela predominância da visão em masculino).

O cotejo entre Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, relativamente à forma como o conflito amoroso é apresentado por estes escritores na sua vasta produção literária, merece da parte de Maria Lúcia Lepecki uma análise minudente e bastante perspicaz, aduzindo a especialista que o sentimento profundo, a opção, os actos de vontade e de inteligência, que encontramos em Camilo, não passam, em Eça, de sensação, de fuga e de uma reificação irreversível de ambos os elementos do par pseudo-amoroso (Cf. op. cit., pp. 88-89).

Esta interpretação, apesar de muito bem fundamentada, parece-nos incorrer em alguns excessos, sobretudo porque se mostra aplicável, de forma equivalente, à obra queirosiana vista na sua globalidade. Ora, se é certo que, no que se refere, por exemplo, a O Primo Basílio, podemos efectivamente afirmar que se assiste, como consequência do conflito pseudo-amoroso epidérmico e superficial aí latente, a uma secundarização da mulher como objecto erótico; o mesmo não nos parece que aconteça no último romance de Eça, sobretudo no que toca à figura de Joaninha.

Assim, ao arrepio da Professora Lúcia Lepecki, mantemos certas reservas relativamente ao facto de em A Cidade e as Serras a «secundarização da mulher» ser completa - : «Seja no 202, em Paris, seja em Tormes, ela aparece como que em pano de fundo, ora como enfeite de salões aristocráticos, ora ocupada na governança da casa, ora ainda como reprodutora e mantenedora (sic) da estirpe» (Op. cit., p. 89).

Mais acentuada, porém, é a nossa oposição face à ideia de Joaninha ser entendida como a figura feminina que sintetiza magistralmente essa oposição. Entendemos, de facto, que se trata de uma opinião demasiado irredutível, mas que a autora advoga de forma terminante, como o seguinte passo bem comprova: «Quando, pela primeira vez surge diante do senhor de Tormes, ela é já a imagem da maternidade. Na última cena do livro - a subida para a serra - Joaninha é apenas uma componente do quadro, despersonalizado elo de ligação entre Tormes agora (o marido) e Tormes no futuro (o filho). Joaninha é, nada mais nada menos, do que aquela que contribui para que continue o mesmo estado de coisas, o mesmo estilo de vida, a mesma alienação. Não tem intervenção no andamento do romance e

muito menos a tem numa possível evolução de Jacinto. Não estabelece com este qualquer diálogo, não contrapõe a sua visão do mundo à do marido: Joaninha nem sequer fala. Não é personagem abúlica, mas ausente, corpo físico destituído de espírito» (Op. cit., pp. 89-90).

Nesta parte do seu ensaio, que acabámos de citar, a autora, além de reiterar que no romance em questão existe uma visão em masculino (que entende ser peculiar a toda a ficção de Eça) e que, por outro lado, não existe uma tese em favor dos valores rurais (que a não alteração psicológica da personagem principal bem confirma); apresenta, por sua vez, uma interpretação pessoal face ao papel que a Mulher ocupa dentro do universo imaginário de Eça.

A opinião de Maria Lúcia revela-se irredutível, no nosso ponto de vista, por não conceder qualquer importância à evolução estética e mental do próprio escritor (não obstante afirmar no início do estudo que A Cidade e as Serras constitui, sobretudo pelos seus indícios, um caso muito especial dentro da narrativa de Eça de Queirós). É que, efectivamente, como afirma Américo Guerreiro de Sousa<sup>20</sup>, a noção da mulher queirosiana como logro e cilada é redutora e incompleta, porque apenas válida para a fase naturalista do escritor. Por outro lado, adianta o mesmo estudioso, Eça devotou um grande respeito pela Mulher «sobretudo no conto Adão e Eva no Paraíso (1897), no final de A Cidade e as Serras onde Joaninha vem completar a redenção de Jacinto e, de um modo geral, na obra da terceira fase do escritor».21

Américo Guerreiro de Sousa, estabelecendo um paralelismo e uma homologação entre o mundo empírico vivido pelo próprio Eça e a sua criação literária, entende que a «visão da Mulher em E. Q. se suavizou bastante após o seu casamento (1886)»<sup>22</sup> - opinião também partilhada por Jorge Borges de Macedo, que concedeu grande importância ao facto de Eça só ter tido o «reconhecimento ou legitimação da sua filiação maternal [...] em 1885, quando tinha quarenta anos, a três meses do seu próprio casamento e ao cabo de muitas tensões e turbulências: durante muitos anos reconheceu sua mãe sem ser legitimado!»<sup>23</sup>

Nesta conformidade, entende Borges de Macedo que «A última fase da interpretação do universo feminino e da criação de figuras e situações típicas inicia-se, por volta de 1897, com A Ilustre Casa de Ramires e termina com A Cidade e as Serras, passando pelo conto Adão e Eva no Paraíso. E. Q. adopta uma nova interpretação do papel dominante do homem na narrativa romanceada e a intervenção masculina decisiva para o desenrolar dos acontecimentos é feita depois de «mobilizada» a vontade da mulher ou de ouvida a sua opinião. Assim se verifica, no primeiro, com a intervenção de Gonçalo

Mendes da Maia a salvar a irmã, in extremis. O mesmo se dá com Jacinto - o príncipe da Grã-Ventura, que casa segundo os modelos tutelares e tradicionais e não vai a Paris porque a mulher se sente bem em Tormes!»<sup>24</sup>

Esta exposição de Jorge Borges de Macedo, de que sublinhámos as partes mais rescendentes, apresenta-nos uma visão da Mulher em Eça totalmente reabilitada, para a qual terá contribuído fundamentalmente o percurso sentimental e ideológico do próprio escritor.

Nesta linha de análise, em que os lindes entre a experiência pessoal do homem e a criação literária aparecem sonogados (mas com a salvaguarda, a que atrás nos referimos, de que só se devem estabelecer conexões entre o discurso literário e o discurso referencial se atendermos a um complexo mecanismo de homologia e transformação), é pertinente frisar como quase todos os críticos têm notado nos últimos livros da última fase de Eça uma mudança de temas e de abordagem.

É por isso, por exemplo, que João Medina, em Eça Político<sup>25</sup>, conclui, após concessões feitas à complexidade deste romance, que a obra, através do seu protagonista Jacinto, representa, por um lado, a «reconciliação do próprio Eça com uma pátria que perdera em infindáveis viagens desde 1872» e, por outro, a «desilusão» perante uma França cada vez mais intolerante.

Esta opinião de João Medina, que acaba por classificar a última fase do autor de A Cidade e as Serras como uma fase de conformismo social e até de nacionalismo, parece-nos ser corroborada pela estudiosa Marie-Hélène Piwnick, para quem o último romance de Eça é um libelo contra o símbolo-decadentismo do fin-de-siècle<sup>26</sup>. Esta autora chega mesmo a referir que «a intriga de A Cidade e as Serras beneficia de uma inserção perfeitamente actualizada no Paris da época». Por isso, há uma perfeita verosimilhança na obra pelo facto, entre muitos outros, de, no capítulo VI, se afirmar que a «Basílica em cima não nos interessou, abafada em tapumes e andaimes»<sup>27</sup> -: é que, na verdade, a Basílica do Sacré Coeur começou precisamente a ser construída em 1875.

Outros críticos têm ainda entendido a última fase de Eça como sendo uma fase de «sublimação mística» (António José Saraiva, Para a História da Cultura em Portugal), onde a vertente religiosa pode ser designada de «cristianismo social»<sup>28</sup>; de qualquer forma sempre eivada de um espírito de franciscanismo.<sup>29</sup>

Não ideando, de forma alguma, para a leitura de A Cidade e as Serras, orientações crítico-literárias de feição psicanalítica, nem outras que conheceram a sua progénie num biografismo de raiz romântico-expressivista; mas pelo contrário, apegando-nos apenas a aspectos de configuração periodológica e de evolução literária em Eça - atrever-nos-emos a aduzir que a revisão ideológico-mental do próprio escritor terá contribuído para essa «espécie de retractação» e de exorcização de «demónios do passado» de que nos fala Carlos Reis.<sup>30</sup>

Assim, e como remate à problemática do papel da Mulher em A Cidade e as Serras, parece-nos que a interpretação de Frank Sousa - na sua magistral obra O Segredo de Eça. Ideologia e ambiguidade em A Cidade e as Serras, recentemente publicada pelas Edições Cosmos Literatura - é a que melhor descreve e analisa de forma rigorosa o problema, porque elabora metalinguagens bastante consistentes, onde os elementos textuais da obra em causa são julgados criteriosamente, a partir de uma intertextualidade propiciatória, fundamentada também em outras uoces auctoritatis.

Seguindo o pensamento de Frank Sousa, somos de opinião que a Mulher em A Cidade e as Serras não aparece julgada de forma monolítica e unilateral, quer no seu lado de perversão, quer no seu lado de redenção. Pelo contrário, estabeleceu-se uma nítida oposição entre a doença, o vício, a ruína e a decadência da mulher parisiense e a saúde, o prazer, a vida e a autenticidade da mulher das serras.

Fazendo um ponto da situação de todas as questões até agora levantadas, e com o objectivo de que se vislumbrem desde já as conclusões finais, parece-nos ser de todo necessário sublinhar sempre a ideia de que este romance é, como diz Carlos Reis<sup>31</sup>, o «mais insidioso e "perigoso"» de Eça, porque as circunstâncias não deixam de autorizar uma leitura reaccionária, que não deixa contudo de ser a única possível. Ou para usar as palavras da Prof<sup>a</sup> Lúcia Lepecki, deve-se distinguir aquela que é a linha da história (que parece encaminhar-nos para uma leitura unívoca) e a linha do narrador, que, como sabemos, é entretecida por um discurso judicativo-valorativo de teor irónico (Cf. Lepecki, op. cit., p. 143) e que, por isso, no nosso entender, pode pôr em questão a problemática ideológica concreta que o romance pretende plasmar.

De qualquer forma, quando falamos em "nítida oposição" entre a mulher parisiense e a mulher das serras, estamos-nos a basear precisamente nos juízos de valor de Zé Fernandes. Não é por acaso que é o próprio narrador a usar a expressão «Eterno Feminino» (no nosso ponto de vista com uma carga semântica bem positiva), em pleno ambiente rural, e a ficar desapontado com o seu Príncipe quando ele lhe diz que na serra havia «falta de mulheres com M grande»; eram todas uma espécie de legumes

«excelentes para a panela» e incomparáveis com «as mulheres que os poetas comparam às flores [...] as mulheres das cortes, das capitais, onde invariavelmente, desde Hesíodo e desde Horácio, se rendem os poetas...»<sup>32</sup>. Porém, é precisamente numa natureza domesticada e familiarizada pela presença de flores e plantas que Jacinto e Joaninha se vão encontrar - : «Este caminho para a Flor de Malva é o caminho para o Céu» (p. 221); «E o pequeno campo, que se avista além, rebrilhava com uma doçura todo amarelo e branco dos malmequeres botões-de-ouro» (p. 226).

Eça de Queirós, em «As Rosas», in *Notas Contemporâneas*, associa as rosas tanto à figura da Virgem Maria como a Vénus. Por isso, tal como bem notou Frank Sousa, «A Joaninha do romance, mais do que a do conto [Civilização], assume uma postura simbólica, aparecendo [...], como uma espécie de Virgem Maria por um lado, e como uma figura também sensual, ou seja, uma espécie de Vénus rústica, por outro»<sup>33</sup>. O seu lado sensual aparece-nos descrito pelo narrador logo no primeiro momento em que ela conhece Jacinto (momento esse que, como se sabe, é seguido de um resumo, quase em forma de elipse, onde é referido que casaram em Maio, num ambiente todo ele florido.) - : «à porta, que de repente se abriu, apareceu minha prima Joaninha, corada do passeio e do vivo ar, com um vestido claro um pouco aberto no pescoço, que fundia mais docemente, numa larga claridade, o esplendor branco da sua pele» (p. 227).

Se Joaninha sintetiza o lado positivo e redentor da Mulher em A Cidade e as Serras, o lado da perversão feminina também não está ausente, só que associado à Urbe e aos seus vícios, os quais M.me d'Oriol e Colombe (nesta até é apontado o lesbianismo) bem tipificam.

A propósito ainda de Joaninha, de quem os estudiosos René Costa e Peggy Sharpe-Valadares salientaram a sua relação com a Virgem Maria<sup>34</sup>, Frank Sousa afirma que, concentrando ela em si «os ideais de santa, de mãe e de mulher bela e sã» e Jacinto, recebendo os «epítetos de Pai dos Pobres» e «bom senhor» - «O casamento de Jacinto e Joaninha é, assim, uma união cristã entre dois seres belos, jovens e virtuosos, além de abastados. Mas o ideal pagão de felicidade no campo (o ideal clássico da aurea mediocritas), as repetidas referências aos autores da Antiguidade grega e latina e aos arquétipos de vida que nele se encontram, parecem indicar que Eça tentou fundir a tradição cristã com a tradição clássica numa coexistência harmoniosa».<sup>35</sup>

Tomando como ensejo a alusão de Frank Sousa relativamente às várias referências da parte de Eça a autores da Antiguidade grega e latina, iremos proceder a uma breve abordagem deste tema em A Cidade e as Serras, com a consciência de que, embora as circunstâncias não nos permitam grandes

delongas, um escorço que seja se revela imprescindível, sobretudo pelas implicações que o mesmo concita.

Apesar de Antero de Quental na Carta Inédita sobre «O Crime do Padre Amaro», que precede a 3.<sup>a</sup> edição da obra, de 188036, ter escrito, referindo-se, como é óbvio ao escritor, «O seu estilo, à parte alguma incorrecção e uma certa pobreza de vocabulário (v. nunca quis ler os clássicos!) é admirável», devemos constatar que a presença clássica em Eça de Queirós é uma evidência, e isto tanto no que diz respeito aos clássicos da Antiguidade greco-latina, quer aos clássicos renascentistas, quer ainda a escritores de outras épocas, mas cujo estilo dimanava dos cânones do Classicismo.

Relativamente aos primeiros, é bom notar que esse dialogismo se deve a uma via de acesso directa, só no que diz respeito aos latinos, atendendo a que o escritor, antes de ingressar no Curso de Direito em Coimbra, estudou Latim no Colégio da Lapa. Por isso, de certo, que lia no original Virgílio, Cícero, Horácio, Marcial, Tibulo, Ovídio, entre muitos outros. No que diz respeito ao Grego, Eça de Queirós, assim como acontecera com Camões, não conhecia a língua de Homero, de quem, todavia, Fradique - esse quase heterónimo de Eça - se revelava um exímio conhecedor.

Assim, tal como nos informa Manuel dos Santos Alves<sup>37</sup>, Eça de Queirós, não obstante o facto de ter escrito todo o conto A Perfeição com base no Canto V da Odisseia, conheceu a obra de Homero pela tradução desse grande mestre do parnasianismo francês Leconte de Lisle, que em 1867, publica em língua francesa a Ilíada e, em 1868, a Odisseia, os Hinos, os Epigramas e a Batracomiomaquia.

As referências que aparecem em A Cidade e as Serras a autores gregos, como por exemplo, a Heródoto (p. 118), a Platão (p. 144), a Plutarco (p. 154), a Eurípides (p. 221), a Sófocles (p. 221), para só citar alguns, devem-se então a leituras de Eça em segunda via, sendo talvez a fonte mais importante Leconte de Lisle, que também traduziu, além de Homero, Hesíodo, Hinos Órficos, Bion, Mosco, Tirteu, Ésquilo, Horácio, Sófocles e Eurípides.<sup>38</sup>

De todos os autores greco-latinos, é com os poetas Virgílio e Homero que A Cidade e as Serras estabelece um dialogismo mais preponderante.

A primeira leitura de Jacinto nas serras é precisamente a do livro I das Bucólicas, tal como o passo em latim, apropriado às circunstâncias de uma manhã de esplendor em Tormes e à personagem Jacinto, bem sugere:

«Fortunate Jacinthe! Hic inter arva nota

Et fontes sacros, captabis opacum...» (p. 154)

Nestes versos, se substituirmos o lexema Jacinthe por senex e arva por flumina, aparece-nos o texto original da Bucólica I: Fortunate senex ... (v. 46) hic inter flumina nota / Et fontes sacros frigus captabis opacum (vv. 51-52), cuja tradução em português é: Afortunado velho... entre os rios conhecidos e as sagradas fontes, procurarás a fresca sombra.

Já anteriormente, porém, se alude a Virgílio, num diálogo interessantíssimo entre o protagonista e o narrador Zé Fernandes, onde o vinho de Tormes e a doçura da vida rural são elogiadas: «Mirando, à vela de sebo, o copo grosso que ele orlava de leve espuma rósea, o meu Príncipe, com um esplendor de optimismo na face citou Vergílio:

«- Quo te carmina dicam, Rethica ? Quem dignamente te cantará, vinho amável destas serras?

Eu, que não gosto que me vantagemem em saber clássico, espantei logo também o meu Virgílio, louvando as doçuras da vida rural:

- Hanc olim veteres vitam coluere Sabini... Assim viveram os velhos Sabinos. Assim Rómulo e Remo... Assim cresceu a valente Etrúria. Assim Roma se tornou a maravilha do mundo!» (p. 144)

O primeiro verso latino citado neste último extracto corresponde precisamente ao original do livro II das Geórgicas (vv. 95-96), onde Raetica (que era uma espécie cultivada nos arredores de Verona e que dava um vinho bastante apreciado por Augusto) aparece em Eça com a grafia Rethica e traduzido por «vinho amável destas serras».

O segundo verso, que depois é traduzido pelo narrador, corresponde exactamente ao verso 532 do mesmo livro II das Geórgicas. Os versos 533-534 são também traduzidos na obra de Eça, mas de forma truncada.

Para não carregarmos demasiado o artigo com a intertextualidade virgiliana, referimos apenas mais dois casos: a expressão sub tegmine (p. 156) é retirada da Bucólica I (v. 1) - Tityre, tu patulae recubans sub tegmine fagi (ó Títyro, tu reclinado à sombra de uma frondosa faia); Quid faciat laetas segetes (p. 157),

ou em português, "O que torna as terras férteis" é precisamente a primeira parte do primeiro verso das *Geórgicas*.

O facto de o protagonista de *A Cidade e as Serras* ler o poeta Virgílio no espaço rural de Tormes pode funcionar, sem dúvida, como um elemento adjuvante para os que defendem que o romance exalta os valores nacionais, sobretudo na sua vertente de apologia à aurea mediocritas. Na verdade, no gozo dos doces ócios do campo (para usar uma expressão de Horácio, que aliás é referido no romance na página 162), era mais do que propício ler Virgílio, o bucolista por excelência da Literatura Latina, e que é citado quase por toda a literatura pastoril.

Maria Lúcia Lepecki (Op. cit., pp. 115-124), de forma extremamente inteligente, porque em perfeita sintonia com a sua interpretação pessoal da obra, entende que a leitura de Virgílio por Jacinto nas serras corrobora o seu estado de alienação. É que ele «deforma a funcionalidade do objecto estético», porque para o senhor de Tormes as *Bucólicas* e as *Geórgicas* de Virgílio adquirem o valor informativo preponderante que ele deveria encontrar nos «jornais de agricultura», onde a técnica para o cultivo do campo lhe seria verdadeiramente fornecida.

Em Tormes, segundo a Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Lúcia, Jacinto é uma «criatura eminentemente imaginativa, ficcional e ficcionante». Ficciona de duas maneiras, como forma de auto-defesa e para se manter como era: «Ficciona-se a si mesmo, criando um papel de senhor rural que desempenha da melhor maneira que lhe é dado fazer: paternalista por um lado e alienado por outro. Alienação e paternalismo são, neste caso como em análogos, estados indissociáveis. Para além disto, Jacinto ficciona Tormes, recusando-se a questionar a sua realidade, envolvendo-se nos véus ideais que [...] não o impedem de imaginar uma queijaria não muito diferente da que se pode ver algures nos jardins de Versalhes».

Nesta óptica de leitura, Virgílio desempenha nas serras a mesma fonte de autoridade que, na fase pessimista de Paris, desempenhavam as leituras «auto-justificativas» de Schopenhauer e do *Ecclesiastes*. Assim se compreende que o protagonista de *A Cidade e as Serras* pretira o «texto propriamente científico» de Plínio, porque «continua a necessitar de uma interposta pessoa que lhe traga o tipo de conhecimento que ela quer (ficcional e estético, artístico) e não o de que ela necessita».

É pertinente salientar ainda que Jacinto deixa de ler nas serras o científico e o filosófico, que lia no 202, e passa a ler unicamente o ficcional. Por isso, afirma Maria Lúcia que «entre a leitura dos poemas e a do campo real ergue-se uma simetria por oposição; enquanto lê no clássico o secundário documental, lê na

Serra o secundário estético». Por outro lado, reconhece também a autora de Eça na Ambiguidade que um dos constituintes reaccionários da obra se prende com o facto de em Tormes Jacinto não ler um só texto contemporâneo. Nem sequer com a obra «científica» de Plínio, que encaixotara em Paris para ser lido em Tormes, poderia a personagem manter um diálogo actualizado relativamente ao objecto do conhecimento, que era o campo português do séc. XIX. Então, a volta à Serra é a volta ao passado.

Assim, para corroborar a defesa de que a personagem principal de A Cidade e as Serras é plana, a especialista afirma que ela «procura modelo semelhante a si mesmo, modelo que só confirme, que não modifique». E remata, de uma forma extremamente curiosa, afirmando que a motivação, quase inconsciente do protagonista, se poderia reduzir aos seguintes termos: «Se Virgílio cantou o campo, nada há de extraordinário em que eu goste do mesmo campo. Pelo contrário, é bom que eu goste». Mais uma vez - o texto mostra-o sem o dizer - a personagem apoia-se em modelo (agora literário) para realizar actos e tomar atitudes que na aparência superficial poderiam ser tomados como opções. Trata-se, ainda, da submissão a princípios considerados intocáveis. A personagem não julga nem escolhe: Virgílio já o fez por ela».

Uma opinião contrária à da autora que acabámos de citar, relativamente ao imobilismo de Jacinto nas serras, é a de António Sérgio, que, em vez da oposição Civilização-Simpleza, afirma que «a verdadeira antítese em que se esteia o livro é a antítese Ociocidade-Ocupação. E a prova disto é que chegado à Serra começou logo o Jacinto a ser activo - e daí proveio o desvanecer-se o tédio, e daí a redenção da personagem».39

Alexandre Pinheiro Torres<sup>40</sup> apresenta uma interpretação muito semelhante à de António Sérgio, porque considera a cidade um lugar de distopia, isto é, um lugar desagradável, onde é impossível praticar uma vida de plenitude humana; o campo, em contrapartida, é apresentado como sendo o lugar de eutopia, propício à renovação e à conquista de felicidade.

Embora Alexandre Pinheiro Torres tenha assinalado que Jacinto e Zé Fernandes são falsos intérpretes da Cidade e do Campo, respectivamente, podemos, todavia, apresentar alguns passos do romance, que, no nosso entender, servem ambivalentemente de exemplificação às teorias de António Sérgio e de Pinheiro Torres.

Assim, parece-nos uma evidência que a inacção e o desejo de solidão pessimista de Jacinto em Paris - «Jazer, jazer em casa, na segurança das portas bem cerradas e bem defendidas contra a intrusão do

mundo, seria uma doçura para o meu Príncipe» (p. 82) ou «Incessantemente aludia à morte como a uma libertação» (p. 106) - contrasta totalmente com aquela fase em que é o próprio narrador Zé Fernandes a assinalar a transformação do Jacinto passivo em activo: «Durante essas semanas que preguiceei em Tormes, eu assisti, com enternecido interesse, a uma considerável evolução de Jacinto nas suas relações com a Natureza. Daquele período sentimental de contemplação, em que colhia teorias nos ramos de qualquer cerejeira, e edificava sistemas sobre o espumar das levadas, o meu Príncipe lentamente passava para o desejo da Acção ... E de uma acção directa e material, em que a sua mão, enfim restituída a uma função superior, revolvesse o torrão» (p. 170).

O facto de Jacinto, no início da sua trajectória, ter trocado a crença na religião (que ele comparava a «um instinto rudimentar a todos os brutos») pela crença numa técnica, sempre a falhar (elevadores para a comida, calorífero, perfumadores, telefone, telégrafo, grafophone, microfone, fonógrafo, conferençofone, teatrafone, máquina de escrever, máquina de calcular, aparelhos de lavatório, máquina de abotoar as ceroulas e outros objectos sumptuosos, como a série de escovas para o cabelo), contribuiu, sem dúvida, para que se tornasse um «Jacintículo» a meditar no Vanitas Vanitatum. Por outro lado, Zé Fernandes, aquando da sua última viagem a Paris, ao aperceber-se da «lama do [seu] vívio» e da «poeira da [sua] vaidade», deseja avidamente, para se tornar «Fernândico», aquele espaço de «solo eterno e de eterna solidez», onde, juntamente com Jacinto, Joaninha e os «dois representantes da abençoada tribo», subirá, com a alma contente, e Deus contente com eles, para o «Castelo da Grã-Ventura».

Se compararmos as duas situações apresentadas por último, quase em forma maniqueísta, compreenderemos melhor os termos distopia e eutopia de que nos falava Alexandre Pinheiro Torres.

Com uma posição crítica totalmente contrária a esta - e bastante sintonizada com a da Doutora Lepecki - postulou-se Mário Sacramento<sup>41</sup>, que não vê em A Cidade e as Serras qualquer afastamento temático e ideológico do autor relativamente às obras anteriores, uma vez que afirma que nestas e noutras obras, a partir de 1880, Eça nos dá fundamentalmente uma visão «ironista».

A tónica da ironia, com que Lúcia Lepecki alicerça a sua visão da última obra de Eça como «romance satírico» (op. cit., p. 145), parece, segundo Jacinto do Prado Coelho<sup>42</sup>, não condizer com a ambiguidade que a autora diz - e com toda a razão - estar latente em A Cidade e as Serras.

Efectivamente, Maria Lúcia, ao afirmar que «O seu significado mais profundo deverá estar em outro plano: na crítica amarga, ferina e extremamente lúdica da alta burguesia e da aristocracia portuguesas do século XIX» (Op. cit., p. 145), leva Prado Coelho ao seguinte comentário: «Muito mais amável que ferina, muito mais bem-humorada que amarga, muito mais complacente que cruel!». E mais adiante conclui ainda o autor de *Ao Contrário de Penélope*: «A leitura proposta por Maria Lúcia Lepecki para *A Cidade e as Serras* anula, afinal, o valor da ambiguidade, reduzindo a reticência irónica à sátira implacável, substituindo a visão complexa pela visão linear».43

Estabelecendo um equilíbrio entre todas as posições dos críticos, parece-nos, contudo que a ambiguidade em *A Cidade e as Serras* não dimana apenas da ironia que lhe é inerente. É óbvio que é um factor a ter em conta, até porque Eça de Queirós, em carta, de 18-11-1893, ao editor Mathieu Lugan, refere a intenção de escrever uma série curta de novelas das quais a primeira seria «une nouvelle phantaisiste qui s'appelle *A Cidade e as Serras*».44

Essa «Santa Ironia», tão alardeada pelo escritor, não é, no nosso entender a causa primeira da ambiguidade. É que, de facto, o termo ambiguidade da autoria de William Empson, *Seven types of ambiguity*, é uma característica de qualquer texto literário, porque corresponde precisamente ao termo - que segundo o Professor Aguiar e Silva<sup>45</sup> é o mais correcto - plurissignificação, lançado por Philip Wheelwright (equivalente também a isotopia complexa ou pluri-isotopia, se quisermos usar a terminologia de Greimas).

De qualquer forma, e atendendo à expressão «nouvelle phantaisiste», com que o próprio escritor classificou a sua última obra de ficção, somos de opinião que essa «Santa Ironia» se deve associar à filosofia do riso, patenteada na obra, sobretudo pelas alusões ao *Gargantua de Rabelais* (p. 206) e ao *D. Quixote* (pp. 178-179), a que, aliás, o próprio Eça tão bem se referira em 1891 em «*A Decadência do Riso*», ínsito nas *Notas Contemporâneas* (cujo início é o seguinte - «Foi o grande mestre Rabelais que disse: ...Riez! Riez! Car le rire est le propre de l'homme!»).

Em «*A Decadência do Riso*», Eça de Queirós compara o final do século XIX à Idade Média, na medida em que nestes dois momentos da História o homem se deixou dominar por teorias e por sistemas de pensamento, de tal forma opressivos e obsidiantes, que lhe suprimiram o riso - aquilo que é tão próprio do homem. Na Idade Média a causa terá residido no poder absoluto da Igreja, simbolicamente expresso pela leva queirosiana como o «morcego teocrático»; no século XIX foi devido ao fanatismo com que se defenderam as novas teorias do homem e da ciência. Assim se compreende que Eça termine esta "nota

contemporânea" da seguinte maneira: «O infeliz está votado ao bocejar infinito. E tem por única consolação que os jornais lhe chamem e que ele se chame a si próprio - o Grande Civilizado».

Estas palavras induzem-nos sub-repticiamente a uma crítica vincada da parte do escritor, como pensa Orlando Grossegeese<sup>46</sup>, ao Pessimismo (Schopenhauer) e à «maladie de la volonté (Bourget)», que estavam em moda na época, e que se reflectem na caracterização de Jacinto em A Cidade e as Serras.

Mikhail Bakhtin, para designar esta filosofia do riso, criou o termo «carnavalização», ou seja, «a carnival sense of the world»<sup>47</sup>, que granjeou larga aceitação na teoria e crítica literárias contemporâneas.

Entretanto o conceito, que podemos classificar de sátira menipeia (como o entendeu também Frank Sousa) remonta já a Luciano e a Plutarco, mas conheceu um grande desenvolvimento no Classicismo renascentista, de que são exemplos paradigmáticos Erasmo (no seu Encomium Moriae ou Elogio da Loucura), Rabelais (quer em Pantagruel, quer em Gargantua) e Cervantes (com o seu D. Quixote).

Estas alusões, associadas a tantas outras, comprova-nos como é rico o dialogismo textual que se pode estabelecer em A Cidade e as Serras.

Do ponto de vista teórico, o fenómeno do dialogismo textual foi designado pelo termo intertextualidade, por parte da grande estudiosa de Bakhtin, Julia Kristeva, que em ((((((((((, Recherches pour une sémanalyse, afirma: «tout texte se construit comme une mosaïque de citations, tout texte est absorption et transformation d'un autre texte. A la place de la notion d'intersubjectivité s'installe cette d'intertextualité, et le langage poétique se lit, au moins, comme double»<sup>48</sup>.

Usando, então, a terminologia de Kristeva, é lícito afirmar que a intertextualidade entre Eça e Rabelais, que o próprio escritor explicitamente autoriza em «A Decadência do Riso» (pela alusão directa ao «Gargantua» e ao seu autor, e pela forma como recomenda ao leitor o riso como terapia perante a civilização moderna, cujo estado é comparado com a situação expressa na gravura Melancolia de Albert Dürer), essa mesma intertextualidade está também patenteada em A Cidade e as Serras, onde, para além de Rabelais, concorre, da mesma forma, Cervantes com o seu eterno D. Quixote.

Depois de, em discurso directo, Jacinto ter dito a Zé Fernandes que tinha dormido naquele dia deliciosamente como um justo (pp. 176-177) - o mesmo topos que encontramos em A Morgadinha dos Canaviais de Júlio Dinis, quando Henrique de Souselas nos aparece a recuperar a saúde depois do seu regresso à província (onde dorme, pela primeira vez, depois de muitos meses, um sono de uma noite

inteira), e após ter consultado inutilmente uma série de médicos na capital - o narrador Zé Fernandes informa-nos que o seu «ditoso amigo» findava o «D. Quixote» e ele ainda «lhe escutara as derradeiras risadas com as coisas deliciosas, e decerto profundas, que o gordo Sancho lhe murmurava, escarranchado no seu burro» (p. 178).

Ora, a leitura de D. Quixote a que Jacinto procede, depois de ter lido as Bucólicas de Virgílio (e antes de começar a ler a Odisseia de Homero) simboliza, sem dúvida, entre outras coisas, a recuperação da sua capacidade de rir, ao contrário da postura séria que tomava em Paris, fruto das suas leituras positivistas e pessimistas -: «Em breve, porém, me fez pular, escancarar as pálpebras moles, uma rija, larga, sadia e genuína risada. Era Jacinto estirado numa cadeira, que lia o «D. Quixote»... Oh bem-aventurado Príncipe! Conservara ele o agudo poder de arrancar teorias a uma espiga de milho ainda verde, e por uma clemência de Deus, que fizera reflorir o tronco seco, recuperara o dom divino de rir com as facécias de Sancho!» (pp. 164-165).

Por outras palavras, a recuperação do riso de Jacinto deve ser entendida, seguindo o pensamento de Grossegeesse<sup>49</sup>, como a expressão suprema da mudividência carnavalesca, que era a resposta possível ao pessimismo e diletantismo finesseculares.

É ainda nesta linha que se devem entender, à boa maneira franciscana, as críticas tecidas na obra àquelas sumptuosidades da Cidade (que o roupão de Tibete, o supérfluo das refeições e das toilettes e a existência da cocotte Diana de Lorge são alguns exemplos caracterizadores), em cujos pilares assentava o tédio moral e social do protagonista.

O recuperar do riso deve ser ainda relacionado, no nosso ponto de vista, com o recuperar do apetite, até porque, e segundo a opinião de Andrée Crabée Rocha<sup>50</sup>, as actividades ligadas ao comer e ao beber ganham, no universo de Eça, um valor transcendente e sublime.

Voltando ao intertexto D. Quixote em A Cidade e as Serras, são extremamente pertinentes as palavras da Doutora Maria Lúcia Lepecki, ao afirmar que «se Jacinto entra em empatia com o Quixote, o narrador compara-se, a si mesmo, a Sancho. A correlação narrador/Sancho, que só aparece uma vez, é indício do juízo de valor do mesmo narrador sobre o protagonista: José Fernandes será o bom senso que observa e julga as já aludidas «quimeras» do Príncipe. Sugere, ainda, seja a extrema fidelidade, ternura mesmo, que no plano do narrado unem narrador e protagonista, seja a necessária complementação José Fernandes/Jacinto para a criação do sentido do texto» (op. cit., pp. 121-122, nota 22).

Se é verdade que esta identificação narrador/Sancho e Jacinto/Quixote é uma realidade constatável, julgamos que, para Maria Lúcia Lepecki, ela serve para corroborar, de certa forma, as semelhanças entre as duas personagens (a nível de nascimento, de classe social e de interesses), semelhanças essas que a autora, aliás, necessita de invocar para dar consistência à sua interpretação do «díptico masculino» na obra (cf. Lúcia Lepecki, op. cit., pp. 85-91).

Partilhando de um ponto de vista totalmente contrário ao de Maria Lúcia, Frank Sousa opina que «Ao optar por personagens de índole tão diferente (citadina e francesa, com Jacinto; serrana e portuguesa, com Zé Fernandes), Eça põe em cena duas «vozes», dois pontos de vista ideológicos que constantemente e de modos diversos «dialogam» entre si. É desta forma que o autor de A Cidade e as Serras problematiza a maneira de viver e as próprias soluções finais, que perante a vida adopta (ou encontra) cada uma destas personagens».51

Por outro lado, Frank Sousa, postergando a leitura de Jacinto do Prado Coelho, para quem «o que determina A Cidade e as Serras é o sentido exemplar da trajectória percorrida por Jacinto»52, acha que «o romance deve a sua significação e modernidade primordialmente devido à figura de Zé Fernandes, seu suporte e produtor da narrativa».53

Sustenta ainda Frank Sousa, ao serviço da complexidade e ambiguidade de A Cidade e as Serras (e em sintonia com a técnica da alternidade nas personagens de Eça, de que nos fala Fernando Castelo Branco54), que «ao mesmo tempo que se assinala a solução tipo conto-de-fadas-que-acaba-bem que consiste em propor-nos um Jacinto que encontra a felicidade no campo, tem de se dar a devida importância à inexistência de uma solução que caracteriza o percurso de Zé Fernandes e de tantas outras personagens de Eça em situação idêntica. Por isso, certamente A Cidade e as Serras termina propondo-nos como protagonista da obra e narrador da sua própria história, Zé Fernandes. Afinal, a história de Jacinto terminara, monótona, ingénua e artificialmente».55

Quando, no início do artigo, afirmávamos que nos pareciam exageradas as semelhanças que Maria Lúcia Lepecki encontrou entre o narrador José Fernandes e o protagonista Jacinto, estávamos a partilhar precisamente da opinião de Frank Sousa, para quem Zé Fernandes é «um pequeno proprietário, opondo-se assim implicitamente a Jacinto, o aristocrata rural. Este descende de facto de uma família com raízes remotas na Idade Média portuguesa» (op. cit., p. 109).

No contexto em que estamos a escrever este artigo, achamos que é "obrigatório" citar um comentário de Vergílio Ferreira, a respeito da personagem José Fernandes, que se revela bastante esclarecedor face ao problema que estamos a dirimir - «Decerto há referências aos pais em quase todos os livros. Mas são referências sumárias, que sumariamente se anotam e rapidamente se esquecem. Há, todavia, um caso verdadeiramente espantoso que se deve sublinhar e não sei se terá impressionado já algum crítico - o que se refere precisamente à Cidade e as Serras. José Fernandes, como sabemos, é o narrador deste livro, ele está, portanto, de certo modo, em cena durante todo ele. De sua informação nós sabemos assim que vive ou sempre viveu com os tios Vicência e Afonso Fernandes - sintomaticamente morto, aliás, logo no começo do livro. Ora este Zé Fernandes é como se não tivesse tido pais. Porque nem uma única vez se refere à mãe e uma só vez faz uma referência ocasional a um «daguerreótipo do papá» (cap. VIII). Nada mais. Como se a sua filiação se não determinasse nos pais, mas justamente nos tios...»<sup>56</sup>

Relativamente a toda esta problemática que gira em torno das duas personagens da obra, julgamos que existe uma ligeira contradição, no estudo de 1974 de Maria Lúcia Lepecki, porque, por um lado, a autora entende que a narrativa afirma desde o início que «Jacinto não possui raízes» (op. cit., p. 97) e que «nasce de linhagem de fidalgos rurais como poderia ter nascido de qualquer outra» (op. cit., p. 97); por outro lado, atesta que «Tormes, geograficamente, é diverso do 202, mas tem com este um ponto de contacto: é propriedade do protagonista, pelo que não lhe exige adaptação. Pelo contrário, será o espaço a modificar-se em função de Jacinto» (op. cit., p. 131, nota 28).

Carlos Reis, em contrapartida, assevera que «A figura da personagem central da história assume a dimensão que a esse estatuto é devida desde as primeiras linhas do romance: de entrada, Jacinto é caracterizado antes de mais em função de um passado multissecular...»<sup>57</sup>. Mais adiante advoga o especialista que «Diversas vezes reafirmada ao longo da obra, esta origem vetusta constitui afinal indício indesmentível de uma espécie de retorno às origens que a personagem sofrerá, depois de uma evolução muito pronunciada».<sup>58</sup>

Com a aparência de uma obra facilmente destrinchável em termos do seu significado final, a diversidade de posições críticas tomadas até à altura mostra, com clarividência, como A Cidade e as Serras é um romance extremamente polémico e heterogéneo e, por isso, propiciador de análises multímodas, mas sempre renovadoras, quer a nível textual, quer a nível intertextual.

No que diz respeito ao nível intertextual, lembremos ainda, numa alusão rápida, como as leituras da Bíblia e dos poemas de Homero são visíveis no autor de A Cidade e as Serras.

Relativamente ao intertexto bíblico, faz-se uma referência ao 2.º livro do Antigo Testamento, através de uma exploração do código óptico-grafemático (mais propriamente, através do uso da maiúscula), no momento em que, aquando os preparativos da viagem para a Serra, o narrador nos informa: «Recomeçara a amar a Cidade, o meu Príncipe, enquanto preparava o seu Êxodo» (p. 118). Ainda neste contexto, Zé Fernandes, para convencer o seu amigo a partir de Paris para Tormes, fá-lo parafraseando uma passagem bíblica: «- Acorda homem! Vamos para Tormes! O casarão deve estar pronto, a reluzir, a abarrotar de coisas! [...] A caminho, a enterrar esses mortos, e a vivermos nós, os vivos!...» (p. 120). A última frase, que transcrevemos em itálico, parte precisamente de Lucas, 9, 60, que diz: «Deixa que os mortos sepultem os seus mortos, quanto a ti vai anunciar o Reino de Deus».

Associado à máxima de Descartes «Penso, logo existo», aparece também o intertexto bíblico - ambos ao serviço da paródia -, quando Jacinto, desiludido com o desconforto em que foi encontrar a casa de Tormes, diz a Zé Fernandes: «- Com certeza, Zé Fernandes! Com a certeza de Descartes. «Penso, logo fujo!» Como queres tu, neste pardieiro, sem uma cama, sem uma poltrona, sem um livro?... Nem só de arroz com fava vive o Homem!». A passagem donde partiu a construção da frase em itálico é a de Mateus, 4, 4: «Nem só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus».

Existe, porém, uma referência explícita à Bíblia, quando o narrador tenta convencer o seu Príncipe da realidade concreta do trabalho do campo -: "Olha o que diz a Bíblia! «Trabalharás a quinta com o suor do teu rosto!» E não diz: «Contemplarás a quinta com o enlevo da tua imaginação!»" (p. 178). Mais uma vez, trata-se de uma apropriação do texto bíblico original, neste caso concreto, do Génesis, 3, 19: "Comerás o pão com o suor do teu rosto".

É precisamente nesta parte do romance que os textos homéricos (Ilíada e Odisseia) surgem, ao longo de três páginas, (pp. 178-180) como motivo de conversa entre o narrador e o protagonista. Zé Fernandes, que se gaba de nunca ter lido, como Alcibíades, a Ilíada; afirma, porém, conhecer bem a Odisseia. E a prova disso é que compara o seu herói-príncipe ao «engenhoso Ulisses», procurando Ítaca.

Esta referência ao herói da Odisseia em A Cidade e as Serras (assinale-se que a alusão ao «engenhoso Ulisses» ou ao «astuto Ulisses» acontecem também, respectivamente, nas pp. 53 e 205 do romance) funcionou como um símile na interpretação de João Medina, relativamente ao último romance de Eça -:

«D. Jacinto é Ulisses, um Ulisses lusitano que só recobrará o equilíbrio, o prazer de viver, o riso, a saúde e a felicidade quando de todo repudiar as pérfidias e fofas seduções do Exílio para tornar ao seu Reino. Todo o romance ilustra e desenvolve este tema alegórico de regresso ao chão antiquíssimo da Pátria, da Ítaca onde espera uma Penélope que o próprio Jacinto não conhece...».59

Talvez o manancial de informação que Eça de Queirós nos patenteia, de forma enciclopédica, em A Cidade e as Serras, tenha contribuído para interpretações tão deformadas como a de Álvaro Lins, que concluiu que esta obra é de cariz ensaístico e, por isso, dotada de um valor literário inferior.60

Pretendendo agora chegar a conclusões finais, achamos que é pertinente reiterar a questão que anunciámos no título deste artigo - será A Cidade e as Serras um «romance de tese»?.

Efectivamente, não nos parece que a resposta tenha que ser peremptória e unívoca, porque a mensagem da obra também não é unívoca e definitiva. De qualquer forma, julgamos que o trajecto existencial e ideológico de Jacinto não nos possibilita, sobretudo pela ironia e ambiguidade com que o narrador no-lo descreve, inseri-lo naquela linha tradicionalista e nativista da literatura finissecular de que, além Pirinéus, Anna Karenina de Tolstoi é um paradigma atemporal, para já não referir exemplos do nosso neogarretismo e de outras tendências congéneres de fim-de-século. Por outro lado, a leitura desta obra de Eça como uma apologia à vida rústica e ao gozo da paisagem idílica (cuja tradição remonta a Gil Vicente, a Sá de Miranda, a Bernardim Ribeiro, a Camões, a Rodrigues Lobo, passando pela Arcádia Lusitana, por Garrett, por Herculano e por Júlio Dinis), essa leitura também não nos parece assentar em fundamentos textuais insopitáveis.

A ambiguidade e a ironia plasmadas neste romance derivam, sobretudo, de uma característica técnico-narrativa por que Eça se deixou prender, talvez por influência de Zola e de Flaubert, que antes já a haviam sugerido: em vez do narrador heterodiegético do romance oitocentista que, através de uma focalização omnisciente, imprimia à diegese uma visão monológica e autoritária; utilizou um narrador de primeira pessoa, permeável à sua própria subjectividade, com a agravante de ser o responsável por uma narração de tipo retrospectivo.

Este tipo de narração decorrente da memória (v.g. «Nessa mesma tarde, se bem recordo...», p. 41) também a encontramos em O Mandarim e n'A Relíquia, só que o narrador é em ambos os casos protagonista da sua história. Em relação a A Cidade e as Serras, o facto de o narrador contar a história como personagem secundária proporciona-lhe um duplo distanciamento: em relação aos eventos

narrados e também relativamente ao protagonista, no que diz respeito às orientações culturais, ideológicas, etc, que este interpreta.

Zé Fernandes é então um narrador que não é «inteiramente digno de confiança», como salienta Frank Sousa<sup>61</sup>, devido sobretudo ao seu estatuto. É que, «o facto de a narrativa depender da memória imperfeita e falível de Zé Fernandes torna-a inteiramente precária enquanto narração objectiva e fiel dos acontecimentos»<sup>62</sup>.

Essa falta de exactidão, patente ao longo de todo o romance, pode-se ver através do uso de expressões dubitativas, dotadas de um carácter hipotético e subjectivo (v.g. «...se bem recordo» (p. 41), «decerto» (p. 216), «talvez» (p. 181) ), como também através do uso da hipérbole, propiciadora de impressões subjectivas, como refere Ernesto Guerra da Cal<sup>63</sup> (v.g. «E eu contei, com profusão, o peixe encalhado, o grão-duque pescando, o anzol feito com um gancho de princesa de Carman, o duque de Marizac, caindo quase ao poço do elevador...» (p. 213). O uso constante das reticências (v.g. «- Olha que te podes gabar! Até me tens feito curiosidade de conhecer esse Jacinto...» p. 196) corrobora, de igual modo, essa falta de exactidão, na medida em que suspende, com sistematização, o significado definitivo da narrativa, que um «romance de tese» desejaria impor.

Se associarmos às últimas razões aduzidas a exposição das várias "teses" acerca de A Cidade e as Serras, a que procedemos, de forma crítica, ao longo de todo o artigo, julgamos que, efectivamente, esta obra de Eça não pode ser classificada como um «romance de tese», atendendo a que não existe a imposição de uma ideologia clara, que permita uma leitura unilateral e definitiva das realidades apresentadas.

Para utilizar as palavras de Suleiman, que, em *Authoritarian Fictions: The Ideological Novel as Genre*, analisa as condições necessárias para a existência de um romance de tese, julgamos que com A Cidade e as Serras, não procurou Eça «through the vehicle of fiction, to persuade their readers of the 'correctness' of a particular way of interpreting the world». <sup>64</sup>

Como remate a este problema, parecem-nos bastante elucidativas as palavras de Frank Sousa (op.cit.,p.154), quando afirma: «A ligeireza, o sentido de humor que caracterizam A Cidade e as Serras [...] tornam impossível que se entenda este romance como um romance de tese, pese embora a certa crítica. A visão do real que encontramos na obra é permeada por um espírito de tolerância e ambiguidade que se coaduna mal com um texto monológico ou «one-sided».

Vamos concluir este artigo, com a consciência de que o nosso trabalho não foi mais do que um esboço ensaístico face a uma obra que, pela sua pluridiscursividade, pelo seu dialogismo ou intertextualidade, mereceria uma abordagem crítica com maior fulgurância. É que, o acervo de vozes e de pontos de vista almejantes em A Cidade e as Serras fazem com que a última obra de Eça mereça a classificação de romance polifónico - categoria elaborada por Bakhtin<sup>65</sup> a respeito da obra de Dostoievsky.

---

1 Vergílio Ferreira, *Conta Corrente 1*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981, pp. 267-268.

2 Expressão utilizada por Isabel Pires de Lima, no verbete «Eça lido por Vergílio Ferreira», in *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2.ª ed., p. 332.

3 A citação completa destas obras de Vergílio Ferreira encontra-se na bibliografia.

4 «A propos du «Mandarin», lettre qui aurait du être une preface», in Eça de Queiroz, *O Mandarin*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

5 *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d., pp. 54-56.

6 Jacinto do Prado Coelho, «A tese de A Cidade e as Serras», in *A Letra e o Leitor*, 1969, Lisboa, Moraes, 1977, pp. 169-174.

A Cidade e as Serras é encarada também como conto e não como romance por António José Saraiva, *Ideias de Eça de Queirós*, p. 56 («toda A Cidade e as Serras está no conto Civilização») e por Massaud Moisés, *A Criação Literária*, pp. 95-121. Carlos Reis, em «Introdução» a *A Cidade e as Serras* (Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses), ora a classifica como conto, ora como romance.

7 João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, p. 664.

8 Jacinto do Prado Coelho, *op. cit.*, pp. 231-232.

9 *Idem*, *ibidem*, p. 238.

10 *Idem*, *ibidem*, p. 233.

11 *Idem*, *ibidem*, p. 235.

12 Vd. Maria Lúcia Lepecki, *Eça na Ambiguidade*, p. 93. Parece-nos ser pertinente lembrar que Jacinto do Prado Coelho nunca classificou A Cidade e as Serras como um romance, mas sempre, tal como já o fizemos notar, como um conto alargado.

13 Maria Lúcia Lepecki, op. cit., A citação é extraída do Dicionário das Literaturas Portuguesa, Brasileira e Galega, verbete «A Cidade e as Serras».

14 Idem, ibidem, p. 81.

15 Idem, ibidem, p. 96.

16 Idem, ibidem, p. 101.

17 Idem, ibidem, p. 100.

18 Jacinto do Prado Coelho, Ao Contrário de Penélope, pp. 192-193. O artigo «Eça, escritor ambíguo?», na íntegra, compreende as páginas 189-193 da obra.

19 Maria Lúcia Lepecki, op. cit., pp. 83-85.

20 Américo Guerreiro de Sousa «A Mulher em Eça de Queiroz», in Dicionário de Eça de Queiroz, 2.ª ed., org. A. Campos Matos, pp. 621-622.

21 Idem, ibidem, p. 621.

22 Idem, ibidem, p. 621.

23 Jorge Borges de Macedo «(As) Mulheres em Eça de Queiroz», in Dicionário de Eça de Queiroz, p. 626.

24 Idem, ibidem, pp. 625-626.

25 João Medina, «Jacinto em Ítaca», in Eça Político, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 113-153.

26 Marie-Hélène Piwnik, «A Cidade e as Serras: libelo contra o símbolo-decadentismo», in Dicionário de Eça de Queiroz, pp. 202-207.

27 Eça de Queiroz, A Cidade e as Serras, Lisboa, Livros do Brasil, p. 85.

28 António José Saraiva e Óscar Lopes, História da Literatura Portuguesa, p. 936.

29 Vd. Fernando Castelo Branco, «Franciscanismo de A Cidade e as Serras», in Dicionário de Eça de Queiroz, pp. 443-446.

30 Carlos Reis, «Introdução», in A Cidade e as Serras, de Eça de Queirós, Lisboa, Ulisseia, 1995, p. 29.

31 Idem, ibidem, p. 29.

32 A Cidade e as Serras, p. 197.

33 Frank Sousa, O Segredo de Eça. Ideologia e ambiguidade em A Cidade e as Serras, p. 175.

34 Citados por Frank Sousa, op. cit., p. 177.

35 Idem, ibidem, p. 177.

36 Carta Inédita de Antero de Quental sobre «O Crime do Padre Amaro», in Eça de Queiroz, O Crime do Padre Amaro, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

37 Manuel dos Santos Alves, «Presença Clássica em Eça de Queiroz», in Dicionário de Eça de Queiroz, pp. 747-752.

38 Vd. idem, ibidem, p. 749.

39 António Sérgio, «Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Eça de Queirós», in Ensaaios, tomo VI, pp. 55-120.

40 Alexandre Pinheiro Torres, «Os códigos edénicos de A Cidade e as Serras», in Colóquio/Letras, n.º 31 (1976).

41 Mário Sacramento, Eça de Queirós: uma estética de ironia, pp. 227-229, citado também por Frank Sousa, op. cit., p. 215.

42 Jacinto do Prado Coelho, Ao Contrário de Penélope, p. 192.

43 Idem, ibidem, p. 193.

44 Vd. António Campos Matos, «A Cidade e as Serras», in Dicionário de Eça de Queiroz, pp. 200-202.

45 Vitor Aguiar e Silva, Teoria da Literatura, 5.ª ed., p. 658.

46 Orlando Grossegeesse, «Sobre a 'recarnavalização' em A Cidade e as Serras», in Queirosiana 1. Vd. Também «Carnavalização», in Dicionário de Eça de Queiroz, pp. 160-162.

47 Mikhaïl Bakhtin, Problems of Dostoevsky's Poetics, trad. Caryl Emerson, p. 107.

48 Julia Kristeva, ((((((((((, Recherches pour une sémanalyse, p. 146. Vd. Também, a este propósito, o trabalho da autora «Baktine, le mot, le dialogue, et le roman», in Critique 239 (Abril de 1967), pp. 438-465.

49 Orlando Grossegeesse, «Carnavalização», in Dicionário de Eça de Queiroz, pp. 160-162.

50 Andrée Crabée Rocha, «Alusões Alimentares», in Dicionário de Eça de Queiroz, pp. 73-80.

51 Frank Sousa, op. cit., p. 103.

52 Jacinto do Prado Coelho, Ao contrário de Penélope, pp. 192-193.

53 Frank Sousa, op. cit., p. 98.

54 Fernando Castelo Branco, «(A) Alternidade nas personagens de Eça», in Dicionário de Eça de Queiroz, pp. 71-73.

55 Frank Sousa, op. cit., p. 98.

56 Vergílio Ferreira, Espaço do Invisível IV, 1987, p. 226 (ou 1995, pp. 242-243).

57 Carlos Reis, «Introdução», in A Cidade e as Serras, p. 25.

58 Idem, ibidem, p. 25.

59 João Medina, Eça Político, citado por António Campos Matos, «Jacinto», in Dicionário de Eça de Queiroz, p. 535.

60 Álvaro Lins, História Literária de Eça de Queirós, pp. 106-107, citado por Frank Sousa, op. cit., pp. 9 e 215.

61 Frank Sousa, op. cit., p. 11.

62 Frank Sousa, op. cit., p. 80.

63 Sobre a hipérbole em Eça, vd. Ernesto Guerra da Cal, Língua e Estilo de Eça de Queiroz, pp. 171-180.

64 Susan R. Suleiman, Authoritarian Fictions: The Ideological Novel as Genre, p. 1, citada por Frank Sousa, op. cit., p. 12.

65 Vd. obras de Mikhaïl Bakhtin apresentados na bibliografia, nomeadamente, Problems of Dostoevsky's Poetics, p. 6 e «Discourse in the Novel», in Dialogic Imagination: Four Essays, p. 291.

## **BIBLIOGRAFIA**

BAKHTIN, Mikhaïl, The Dialogic Imagination: Four Essays, trad. Caryl Emerson e Michael Holquist, Austin, U. of Texas Press, 1981.

-, Problems of Dostoevsky's Poetics, trad. Caryl Emerson, Minneapolis, U. of Minnesota Press, 1984.

-, Rabelais and his word, trad. Hélène Iswolsky, Bloomington, Indiana U. Press, 1984.

-, Speech Genres and Other Late Essays, trad. Vern W. McGee, Austin, U. of Texas, Press, 1986.

BERRINI, Beatriz, «Jacinto: aristocrata rural», in Colóquio/Letras, n.º 97 (1987), pp. 26-36.

COELHO, Jacinto do Prado, Ao Contrário de Penélope, Lisboa, Bertrand, 1976.

-, A Letra e o Leitor, 1969, Lisboa, Moraes, 1977.

CORTESÃO, Jaime, Eça de Queiroz e a Questão Social, Lisboa, Seara Nova, 1949.

FERREIRA, Vergílio, Sobre o Humorismo de Eça de Queirós (Coimbra, Bilbos, 1943).

-, Espaço do Invisível II, Lisboa, Arcádia, 1976.

-, Conta-Corrente I, Lisboa, Bertrand, 1981.

-, Conta-Corrente V, Lisboa, Bertrand, 1987.

-, Espaço do Invisível IV, Lisboa, Arcádia, 1995.

FORSTER, E. M., Aspects of the Novel, New York, Harcourt, Brace & World, 1927.

GROSSEGESSE, Orlando, «Sobre a 'recarnavalização' em A Cidade e as Serras, in Queirosiana 1 (Dezembro de 1991), pp. 55-69.

GUERRA DA CAL, Ernesto, Língua e Estilo de Eça de Queiroz, Coimbra, Almedina, 1981.

KRISTEVA, Julia, «Baktine, le mot, le dialogue, et le roman», in Critique 239 (Abril 1967), pp. 438-465.

Recherches pour une sémanalyse, Paris, Éditions du Seuil, 1969.

LEPECKI, Maria Lúcia, Eça na Ambiguidade, Fundação, Jornal do Fundão Editora, 1974.

MATOS, A. Campos, org. e coord., Dicionário de Eça de Queiroz, 2.ª ed., Lisboa, Caminha, 1988.

MEDINA, João, Eça Político, Lisboa, Seara Nova, 1974.

MOISÉS, Massaud, A Criação Literária, São Paulo, Melhoramento, 1967.

PADRÃO, Maria da Glória, Um Escritor Apresenta-se, Apresentação, prefácio e notas de Maria da Glória Padrão, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981.

PINA, Álvaro, «Eça de Queirós: A Cidade e as Serras: a diagnose da civilização e do progresso», in *Estudos Portugueses: Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, ICALP, 1990, pp. 25-29.

-, «Eça de Queiroz e o romance como poema dramático: A Cidade e as Serras», in *Eça e «Os Maias»*, Actas do 1.º Encontro Internacional de Queirozianos, 22-25 de Novembro de 1988, Porto, ASA, 1990, pp. 215-220.

PIWNIK, Marie-Hélène, «Ce que le nom dit: Jacinto dans A Cidade e as Serras de Eça de Queirós», in *Colóquio/Letras*, n.º 121-22(1991), pp. 115-120.

QUEIROZ, Eça de, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *Contos*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *O Crime do Padre Amaro*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *O Mandarim*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *O Primo Basílio*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

-, *Prosas Bárbaras*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1987.

REIS, Carlos e MILHEIRO, Maria do Rosário, *A Construção da Narrativa Queirosiana*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

REIS, Carlos, *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queirós*, Coimbra, Almedina, 1984.

-, «Introdução», in *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, Lisboa, Ulisseia, 1987.

SACRAMENTO, Mário, *Eça de Queirós: uma estética de ironia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 15.ª ed., Porto, Porto Editora, 1989.

SARAIVA, António José, *As Ideias de Eça de Queirós*, 2.ª ed., Lisboa, Bertrand, 1982.

-, «A sublimação mística em Eça de Queirós», in *Para a História da Cultura em Portugal*, 5.ª ed., 2 vols., Lisboa, Bertrand, 1982, 2, pp. 87-90.

SÉRGIO, António, «Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Eça de Queirós», in *Ensaio*, 3.ª ed., 6 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1980, VI, pp. 55-120.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8.ª ed., Coimbra, Almedina, 1988.

SIMÕES, João Gaspar, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, 2.ª ed., Lisboa, Bertrand, 1973.

SOUSA, Frank F., *O Segredo de Eça. Ideologia e ambiguidade em A Cidade e as Serras*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

SULEIMAN, Susan R., *Authoritarian Fictions: The Ideological Novel as a Literary Genre*, New York, Columbia U. Press, 1983.

TORRES, Alexandre Pinheiro, «Os falsos códigos edénicos de A cidade e as Serras», in *Colóquio/Letras*, n.º 31 (1976), pp. 14-29.

-, «Incidências huysmanianas n'A Cidade e as Serras de Eça de Queirós», Eça e «Os Maias», *Actas do 1.º Encontro Internacional de Queirozianos*, 22-25 de Novembro de 1988, Porto, ASA, 1990.

VIRGILE, *Oeuvres Classiques*, Hachette, 1981.